



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Nery' and 'Jorge'.

ATA N.º 92

28-04-2021

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a nonagésima segunda reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vitor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.-----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). - -----

Os Senhores Vereadores do PS perguntaram qual o ponto da situação relativamente ao projeto Abraçar a economia local.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o assunto será presente à próxima reunião de Câmara mas adiantou que foram apresentadas mais de 30 candidaturas. O desfasamento de horários e o teletrabalho não têm permitido o tratamento atempado das mais variadas situações mas, até 15 de maio, em princípio, será efetuado o 1.º pagamento. Contudo as inscrições só irão terminar no dia 30 de abril.

Relativamente à informação solicitada pelos senhores vereadores do PS na anterior reunião, relativamente aos custos com a ZCAP e EPI, essa documentação foi entregue em mão e, à semelhança do que aconteceu com a Santa Casa da Misericórdia de Cuba, os valores irão constar na ata na próxima reunião de Câmara.

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 27 DE ABRIL DE 2021: € 616 802,11.

ORDEM DO DIA:

1. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PELA JUNTA DE FREGUESIA DE CUBA - 1 VAGA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS.

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar, que na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Cuba, a **S.A.S.S.** informa que irá apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área de Serviços Gerais.

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a Junta de Freguesia nesta candidatura.

Nestes termos somos a expor a despesa associada a uma candidatura:

Valores globais:

1)	1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 6 meses	2.632,86 €
	1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses	629,64 €
	1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:.....	130,00€
	Total :	3.392,50 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP:

2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses.....2.106,29 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP:2.106,29 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses526,57 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses629,64 €

3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €

Total a cargo da entidade1286,21 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

2. CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA A SEDE DA APEEECC - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS DO CONCELHO DE CUBA. -----

Foi rececionado um pedido de cedência de espaço para a sede da Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho de Cuba. -----

Atualmente a sede está integrada na Escola Básica Fialho de Almeida em Cuba, mas pelos motivos expostos no e-mail enviado, este facto causa alguns constrangimentos sempre que se efetua uma reunião/assembleia, uma vez que a escola encerra às 19H.

Após auscultar a Sr.ª Vereadora do pelouro da educação equacionou-se a possibilidade de ser cedida à APEEECC para ser constituída a sua sede, a sala no edifício da antiga pré-primária – antigo gabinete da Agricultura, conforme planta anexa. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea ee) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, sobre a gestão de edifícios municipais, deliberou aprovar o pedido da requerente cedendo para a sede da APEEECC, com efeitos a 01 de maio de 2021, a sala no edifício da antiga pré-primária – antigo gabinete da Agricultura. -----

3. JOÃO FRANCISCO CARAPUÇA QUEIMADO. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE N.º DE POLÍCIA. -----

Solicita o Sr. João Francisco Carapuça Queimado a atribuição de n.º de polícia ao portão

do prédio inscrito na matriz predial da freguesia de Cuba sob o art.º 2432, cuja fachada principal sita na Rua do Carmo, tem atribuído o número o n.º 69 de polícia. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação da Fiscalização Municipal deliberou atribuir ao portão do prédio que se situa na Travessa do Carmo, o número 68 de polícia. -----

4. JOSÉ ANTÓNIO CAEIRO SANCHO. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE NÚMEROS DE POLICIA. -----

Solicita o Sr. José António Caeiro Sancho na qualidade de proprietário da obra de construção do edifício de 3 frações sito na Travessa da Alegria, em Cuba, estando os vãos de entrada das frações já definidos que sejam atribuídos os números de policia correspondentes a cada um dos três vãos. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação da Fiscalização Municipal deliberou atribuir os números 30, 32 e 34 de polícia, respetivamente -----

5. AGC - ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MATERIAL. PEDIDO DE LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE TRÊS PROVAS DE CORRIDA DE GALGOS. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 15/2021, da Subunidade Administrativa, enquadrando o pedido em título: -----

Solicita a AGC para além da autorização para realização de três provas de corrida de galgos, nos dias 1, 16 e 30 de maio de 2021, no horário compreendido entre as 10,00 e as 17,00 horas, o apoio logístico habitual que permita essa realização e, ainda, a isenção do pagamento das taxas correspondentes. -----

Do enquadramento da pretensão resulta o seguinte: -----

a) O Licenciamento da prova: Está previsto no art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro, na redação atual. -----

O Licenciamento do exercício da atividade de realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos dependem de licenciamento da câmara municipal, salvo quando tais atividades decorram em recintos já licenciados pela Direção-Geral dos Espetáculos, no entanto, face ao Estado de emergência decretado

para o País, só podem ser autorizadas corridas de galgos em contexto competitivo, sem presença de público e com observância das orientações definidas pela DGS. -----

b) A cedência de material: De acordo com o disposto na alínea ee) do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal”*. -----

c) A Licença especial de ruído: De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

d) A Isenção do pagamento de taxas: Refere o n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que, as isenções e reduções são concedidas por deliberação da Câmara Municipal, oficiosamente quando reconheça o interesse municipal da atividade ou mediante requerimento dos interessados devidamente instruído e fundamentado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

(1) Autorizar a realização das provas nos termos previstos em a); -----

(1.1) Emitir as licenças Especiais de ruído, de acordo disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007 de 01/08; -----

(1.2) Isentar do pagamento de taxas em 50%, nos termos do n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 52,32 (17,44 x 3), o valor total das taxas sobre o qual incide o pedido de isenção. -

(1.3) Tomar conhecimento da cedência do material que, sendo competência da Câmara, foi a mesma delegada no Presidente. -----

6. EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO POLIVALENTE EM VILA RUIVA. PROPOSTAS DE TRABALHOS COMPLEMENTARES. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 57/2021, do Serviço de Urbanismo, cujo conteúdo se transcreve: -----

"Conforme foi aferido à data, somos a informar que após uma reunião de trabalho entre os representantes técnicos do dono da obra e os representantes do empreiteiro constatou-se: -----

A cobertura junto ao posto médico, está danificada e apresenta um estado de conservação já muito degradado. De forma a se retificar os atuais problemas e evitar o agravamento com o passar do tempo, é sugerido que se processada reparação das mesma. Sendo adotado o mesmo método construtivo e materiais previstos em projeto. Após a demolição da cobertura, foi possível verificar que a parede PA1+LT não pode ser colocada sobre a parede existente, uma vez que a mesma é do vizinho com se pode observar na imagem da comunicação de obra nº 002/20. -----

Após a remoção das telhas sobre a entrada e a sala de espetadores – existe telha, subtelha em fibrocimento e sob essa subtelha madres em estrutura metálica com afastamento excessivo para receber subtelha tipo onduline. -----

Pode-se também constatar que alguns vãos rebocos e pinturas existentes, que não previam ser alvo de intervenção, não estão nas mínimas em condições mínimas de se manter em várias zonas do edifício. -----

De forma a fazer face a estes problemas apresentados, foram propostas as soluções descritas em ficheiros anexos. -----

Para o efeito, apresenta-se para que conste a proposta inserta na comunicação de obra nº 002/20, comunicação de obra nº 009/20 e PTM003 e PTM004, subscrita pela equipa de fiscalização em representação do dono da obra. -----

Julgamos pertinente voltar a registar o seguinte: Na ótica do responsável da fiscalização e pelas razões enunciadas na informação entendemos desde o inicio estarem reunidos os pressupostos para os trabalhos em causa serem considerados trabalhos complementares em conformidade com n.º 1 e 2 do art. 370.º do CCP: -----

1- São trabalhos a mais aqueles cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato e que: -----

2.a) - Não possam ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves e impliquem um aumento considerável de custos para o dono da obra; -----

2.b) - O preço desses trabalhos, incluindo o de anteriores trabalhos complementares igualmente decorrentes de circunstâncias não previstas, não exceda 10 % do preço

contratual; -----

2.c) - O somatório do preço contratual com o preço atribuído aos trabalhos complementares não exceda os limites previstos na alínea d) do artigo 19.º, quando o procedimento adotado tenha sido o ajuste direto, na alínea c) do mesmo artigo quando o procedimento tenha sido o da consulta prévia ou na alínea b) do artigo 19.º quando o procedimento adotado tenha sido o concurso público ou o concurso limitado por prévia qualificação sem publicação do respetivo anúncio no Jornal Oficial da União Europeia; O contrato foi celebrado na sequência de concurso público; -----

O preço atribuído aos trabalhos complementares (13 855,79€) não ultrapassa 10% do preço contratual. (159 273,47€). -----

Em sintonia com o disposto no artigo 373.º do CCP 1 a) Tratando-se de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis o preço contratual e os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos; e b) Tratando-se de trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no contrato mas a executar em condições diferentes, deve o empreiteiro apresentar uma proposta de preço e de prazo de execução. -----

Termos em que, somos a concluir: -----

Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pelo n.º alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da Ordem do Dia das Reuniões de Câmara, deve a presente informação ser remetida para a RC de 28 de abril, para que sobre ela pode ser deliberado o seguinte: -----

Ao abrigo das competências que lhe são cometidas pelo art.º 33.º n.º 1 al. f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, articulado com o art.º 370.º n.º 1 e 2, e art.º 373.º ambos do CCP, autorizar os trabalhos complementares para a empreitada de remodelação de Edifício Polivalente em Vila Ruiva, constantes da Informação técnica." -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar os trabalhos complementares para a empreitada de remodelação de Edifício Polivalente em Vila Ruiva. -----

7. RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, DE CORRUPÇÃO E DE INFRAÇÕES CONEXAS – 2020. -----

Em cumprimento do disposto na alínea d) do ponto 1.1 da Recomendação sobre Planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 01/07/2009, foi elaborado o relatório anual de execução do plano supra identificado relativo ao ano de 2020, documento que se anexa e se dá por integralmente reproduzido. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex^a, Sr. Presidente da Câmara, no uso da competência própria consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente Relatório para conhecimento do órgão executivo, na sua próxima reunião ordinária. -----

Posteriormente, deve o Relatório ser remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção e ao órgão de tutela das autarquias locais, conforme determina o ponto 1.2 da acima identificada Recomendação. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

8. GESTÃO FINANCEIRA DAS TRÊS EMPREITADAS A DECORRER EM CUBA EM QUE O ADJUDICATÁRIO É A EMPRESA CONSDEP, S.A. A FIGURA DO CONTRATO DE FACTORING. ALTERAÇÃO SUPERVENIENTE DOS FACTOS APRESENTADOS NA RC DE 03.03.2021. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 27/2021 do Chefe da UAJDSCS, que se transcreve: -----

"Enquadrado pela minha informação n.º 15/2021, o órgão executivo deliberou no passado dia 03 de março de 2021 o seguinte: -----

1.º - *Autorizar a cedência dos créditos das empreitadas da Rua de Serpa Pinto, da Estrada da Circunvalação e da Rua 1.º de Maio que o aderente Consdep, S.A. tenha perante o devedor - Município de Cuba ao factor – Banco Santander Totta, S.A. com as ressalvas em baixo apresentadas;* -----

2.º – *Os prazos a que a Câmara se vincula são estritamente os que lhe advêm das suas obrigações previstas na alínea a) do n.º 1 do art.º 299.º do CCP;* -----

3.º - *Dos prazos previstos no número anterior poderá a Câmara opor-se ao pagamento*

de juros de mora se o não cumprimento desses mesmos prazos resultar de motivo atendível ao qual seja completamente e justificadamente alheia; -----

4.º - Deverá desde já o factor considera-se informado que sobre o valor das faturas apresentadas pelo aderente é aplicável o art.º 353.º do CCP, onde foi determinado a retenção de 5% para reforço da caução. -----

Acontece porém que, na sequência da comunicação que recebemos dos Serviços Financeiros da Consdep, Engenharia e Construções, S.A., no passado dia 21 de abril, vide doc. n.º 1, constatamos que existiu uma alteração superveniente dos factos que levaram à deliberação em cima transcrita. -----

Nessa missiva foi-nos informado que, e passamos a transcrever: -----

"Exmo(s) Senhor(es) -----

Bom dia Dr. Vitor, -----

No seguimento da nossa conversa telefónica de ontem, informo que foram emitidos dois contratos de factoring entre a Consdep e o Banco Santander Totta, para as faturas das empreitadas "Revitalização Urbana da Rua Serpa Pinto, em Cuba" e "Reabilitação Urbana do Troço da Estrada da Circunvalação, em Cuba". -----

Estes contratos produzem efeitos a partir de 19-04-2021, data em que foram emitidos e apenas para as duas empreitadas acima identificadas, devendo as faturas emitidas a partir dessa data ser liquidadas para o IBAN do Banco Santander. -----

Assim, as faturas referentes à empreitada "Requalificação Urbana da Rua 1.º de Maio, em Cuba", deverão ser pagas diretamente à Consdep, uma vez que esta empreitada não foi alvo de contrato de factoring com o Santander. -----

Atentamente, Maria Ana Brito -----

Mais, entenderam aqueles serviços fazerem-nos chegar cópia dos dois contratos em cima mencionados, vide doc. n.º 2 e doc. n.º 3. -----

Assim sendo, importa alterar a deliberação de Câmara na parte que colide com os factos agora apresentados ou seja: -----

1.º - Os Contratos de Factoring apenas tiveram início no passado dia 19 de abril de 2021, pelo que a faturação emitida com data anterior deve ser liquidada diretamente ao empreiteiro; -----

2.º - Ao contrário do requerido inicialmente pelo empreiteiro, apenas existirá cedência de créditos na empreitada da Estrada da Circunvalação e na empreitada da Rua Serpa

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin. At the top, there is a signature that appears to be 'M. Brito'. Below it, there are several other initials and signatures, including one that looks like 'Vitor' and another that is more stylized.

Pinto, Largo cólon e Zonas Adjacentes, lote 1, continuando desse modo a faturação da empreitada da Rua 1.º de Maio a ser liquidada diretamente ao empreiteiro; -----

3.º - Não obstante a comunicação do aderente (Consdep) ao devedor (Município de Cuba) da cedência dos créditos ao Factor (Banco Santander Totta, S.A), em sintonia com a Cláusula 12.ª a entidade bancária irá notificar ela própria o devedor que deverá outorgar o documento de anuência da liquidação dos créditos ao factor; -----

4.º - Na gestão financeira do resto das duas empreitadas sujeitas a factoring a Unidade Financeira deverá levar em linha de conta que, em sintonia com o n.º 5 da cláusula 12.ª de ambos os contratos, o aderente está obrigado a apor em cada uma das faturas ou nos demais documentos que titulem créditos cedidos e enviados ao devedor, a seguinte menção: -----

“ O pagamento deste título deverá ser efetuado ao Banco Santander Totta S.A., à qual foram cedidos todos os direitos dele emergentes”. -----

A Câmara, por unanimidade deliberou: -----

1.º - Registrar que os Contratos de Factoring em que a empresa Consdep, engenharia e Construções, S.A. cede os seus créditos ao Banco Santander Totta, S.A. apenas tiveram início no passado dia 19 de abril de 2021, pelo que a faturação emitida com data anterior deve ser liquidada diretamente ao empreiteiro; -----

2.º - Ao contrário do requerido inicialmente pelo empreiteiro, apenas existirá cedência de créditos na empreitada da Estrada da Circunvalação e na empreitada da Rua Serpa Pinto, Largo cólon e Zonas Adjacentes, lote 1, continuando desse modo a faturação da empreitada da Rua 1.º de Maio a ser liquidada diretamente ao empreiteiro; -----

3.º - Não obstante a comunicação do aderente (Consdep) ao devedor (Município de Cuba) da cedência dos créditos ao Factor (Banco Santander Totta, S.A), em sintonia com a Cláusula 12.ª a entidade bancária irá notificar ela própria o devedor que deverá outorgar o documento de anuência da liquidação dos créditos ao factor, para o qual o Presidente já se encontra mandatado pela deliberação de 03.03.2021 sobre esta matéria; -----

4.º - Na gestão financeira do resto das duas empreitadas sujeitas a factoring a Unidade Financeira deverá levar em linha de conta que, em sintonia com o n.º 5 da cláusula 12.ª de ambos os contratos, o aderente está obrigado a apor em cada uma das faturas ou nos demais documentos que titulem créditos cedidos e enviados ao devedor, a



seguinte menção: -----

“ O pagamento deste título deverá ser efetuado ao Banco Santander Totta S.A., à qual foram cedidos todos os direitos dele emergentes”. -----

5.º - Em tudo o mais, continua a vigorar a deliberação tomada pelo dono de obra na sua reunião de 03 de março de 2021. -----

9. CANDIDATURA COMUNITÁRIA AO PROGRAMA “PARCERIAS PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS” A APRESENTAR POR PARTE DO MUNICÍPIO DE MILANGE, PROVÍNCIA DE ZAMBÉZIA, EM MOÇAMBIQUE. PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DA FIGURA DA GEMINAÇÃO PARA VIABILIZAR A PRETENSÃO DO PROPONENTE, ASSUMINDO O MUNICÍPIO DE CUBA A CONDIÇÃO DE CO-CANDIDATO. APRESENTAÇÃO DO ASSUNTO EM REUNIÃO DE CÂMARA E ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 27/2021, do Chefe da UAJDCS, enquadrando a proposta em título, cujo teor se transcreve: -----

"Foi-nos apresentado para apreciação e enquadramento jurídico um documento do Conselho Municipal da Vila de Milange, Província de Zambézia, em Moçambique, onde aquela edilidade vem questionar da possibilidade do Município de Cuba ser co-candidato numa candidatura a apresentar à Comissão Europeia por parte de países de fora do espaço da União ao Programa “Parcerias para Cidades Sustentáveis”. Vide doc. n.º 1 . -----

Quid Juris? -----

Analisado o ofício e efetuada a respetiva pesquisa deparámo-nos com um concurso para apresentação de candidaturas a fundos comunitários por parte de países exteriores à União Europeia a um programa intitulado “ Parcerias para Cidades Sustentáveis”. Vide doc. n.º 2 -----

Compulsado o documento, e efetuada uma pesquisa à página da internet da União Europeia, constatamos que: -----

Em 2019, a Comissão Europeia lançou o programa “Autoridades Locais: Parcerias para Cidades Sustentáveis” no valor total de 164,7 milhões de euros. O programa visa reforçar as autoridades locais através da promoção da cooperação descentralizada envolvendo as autoridades locais europeias e dos países parceiros. -----

Em novembro de 2018, foi lançado um primeiro convite à apresentação de propostas

no valor total de 53 milhões de euros, que resultou na assinatura de 16 parcerias. Em fevereiro de 2020, foi lançado um segundo convite à apresentação de propostas no valor total de 111,5 milhões de euros. Devido à pandemia covid-19 e ao bloqueio das administrações das autoridades locais em todo o mundo, o número de inscrições apresentadas foi menor do que o esperado. Consequentemente, apenas 26 propostas foram selecionadas, num montante total de 71,7 milhões de euros. -----

Em dezembro de 2020 foi decidido utilizar os fundos remanescentes (39 849 442 euros) do programa para lançar um 3.º convite à apresentação de propostas sujeito às orientações que constam do documento n.º 2, em anexo. -----

Para respeitar a atribuição original de fundos, o 3º convite à apresentação de propostas será organizado em torno de três lotes geográficos: lote-1 África; lote-2 Ásia e Pacífico; lote-3 América Latina e Caribe. -----

As parcerias apoiarão as autoridades locais dos países parceiros para abordar o desenvolvimento urbano sustentável por meio de capacitação e prestação de serviços. A cooperação descentralizada e o intercâmbio entre as autoridades locais estão no centro desta abordagem. As ações podem apoiar a construção de novas parcerias ou contribuir para o desenvolvimento de parcerias e relações de cooperação duradouras. Aqui chegados, estamos em condições de afirmar o seguinte: -----

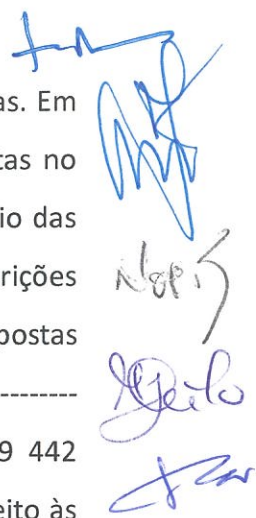
1.º - O Município do Milange, na Província de Zambézia, em Moçambique é uma entidade elegível; -----

2.º - No entanto, para essa candidatura ser viável, precisa ter como co-candidato uma pessoa jurídica coletiva sediada num dos países da União Europeia, nomeadamente, uma Autarquia Local; -----

3.º - Para formalizar esse projeto de parceria propõe-se que seja utilizado o mecanismo da Geminção, previsto no art.º 25.º n.º 1 alínea t) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

4.º - A posteriori, se essa candidatura vier a ser aprovada, trabalharemos nos termos de referência da geminação e apresentá-los-emos para apreciação e aprovação por parte da entidade competente, a Assembleia Municipal." -----

Os Vereadores do PS vão-se abster relativamente a este assunto, não por não concordar com os apoios que se devem prestar a estes países mas por considerarem



que a figura da gemação é muito mais do que um ato administrativo para fundamentar uma candidatura. Na nossa opinião a gemação deveria ser o culminar de um processo mais ou menos longo de conhecimento mútuo, de avaliação das afinidades entre as comunidades e da troca prévia de experiências e partilha de conhecimentos entre os geminados. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou: -----

1.º - Registrar o pedido do Conselho Municipal da Vila de Milange, Província de Zambézia, em Moçambique, onde aquela edilidade vem questionar da possibilidade do Município de Cuba ser co-candidato numa candidatura a apresentar à Comissão Europeia por parte de países de fora do espaço da União ao Programa “Parcerias para Cidades Sustentáveis; -----

2.º - Registrar que, para essa candidatura ser viável, precisa ter como co-candidato uma pessoa jurídica coletiva sediada num dos países da União Europeia, nomeadamente, uma Autarquia Local; -----

3.º - Ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que legitima a Câmara Municipal a apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, para formalizar este projeto de parceria propõe-se que seja **utilizado o mecanismo da Gemação**, previsto no art.º 25.º n.º 1 alínea t) da Lei em cima enunciada; -----

4.º - A posteriori, se essa candidatura vier a ser aprovada, serão apresentados para apreciação e aprovação por parte da entidade competente, a Assembleia Municipal, os termos de referência da gemação. -----

10. JOSÉ RELÍQUIAS UNIPessoal, LDA. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM. ARRANQUE DE OLIVEIRAS NOS PRÉDIOS 38 E 69, SECÇÃO A, VILA RUIVA.

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, atendendo à urgência invocada pelo requerente, deferiu a emissão de certidão de enquadramento da ação em título, nos termos constantes da informação do Serviço de Urbanismo que seguidamente se transcreve: -----

“Vem o requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de oliveiras para plantação de vinha, a levar a cabo nos prédios 38 e 69, da Secção A, na freguesia de Vila Ruiva. -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido em *Áreas com Aptidão para Sistemas Silvo-Pastoris e com aptidão agrícola dominante*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo plano, não se assinala interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) havendo apenas localização em solos de REN (Reserva Ecológica Nacional) na área Sul do prédio n.º 69; Ao tratar-se de uma ação agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento no art.º 86º do regulamento do PDM; -----

Deverá ainda o requerente diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de Maio; -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respetivo regime jurídico, atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro e do Decreto-Lei n.º 96/2013 de 19 de Julho, que estabelece que nas áreas incluídas na REN *são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ou ampliação, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal*. Excetuando-se os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas incluídas em REN. Consideram-se compatíveis com os objetivos mencionados no número anterior os usos e as ações que cumulativamente: -----

1. Não coloquem em causa as funções das respetivas áreas, nos termos do Anexo I; e
2. Constem do Anexo II do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes, como: -----

i) Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou -----

ii) Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia. -----

De acordo com o atrás referido, e tendo em consideração as ações agrícolas de olival e vinha nos termos do disposto no artigo 20.º e respetivo Anexo II do regime da REN, poderá haver isenção de comunicação prévia; -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam a vir a ser

encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores).” -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ---

11. PAULO SÉRGIO FITAS VICENTE. PROCESSO DE OBRAS N.º 7/2021. CONSTRUÇÃO/REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA DE ÉVORA, N.º 33, EM CUBA. -----

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 15 de Abril de 2021, nos termos do art.º 34.º do RJUE, na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 6 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

12. ANA CRISTINA CARDEIRA PÓLVORA. PROCESSO DE OBRAS N.º 1/2021. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA DR. MANUEL VITORINO BATARDA, N.º 13, EM CUBA. -----

Vem a requerente solicitar o licenciamento da obra em título. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento, fixando em 8 meses o prazo para execução dos trabalhos, conforme calendarização apresentada. -----

13. **ECOPARQUE DO ALENTEJO CENTRAL. PROJETO DE RELEVANTE E SUSTENTÁVEL INTERESSE PARA A ECONOMIA LOCAL. ÓRGÃO COMPETENTE PARA EMISSÃO DA DECLARAÇÃO.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 29/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo teor se transcreve: -----

Na sequência de solicitação do Sr. Presidente da Câmara, visando a rentabilização e aproveitamento do projeto do Ecoparque do Alentejo Central em sede de vantagens legais e demais oportunidades que possam vir a surgir em resultado de candidaturas comunitárias ou nacionais, foi equacionada a possibilidade de considerar o projeto do **Ecoparque do Alentejo Central como projeto de relevante e sustentável interesse para a economia local.** -----

Quid Juris? -----

O Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, estipula na alínea m) do n.º 1 do art.º 23.º que, entre as atribuições dos municípios está a *Promoção do Desenvolvimento*. -----

Neste sentido, por força do art.º 25.º n.º 1 al. k) do mesmo normativo legal, cabe à Assembleia Municipal *pronunciar-se sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município*. -----

Assim sendo, face ao teor da memória descritiva e justificativa que se anexa – vide doc. n.º 1 - a considerar-se que estamos perante um projeto de relevante e sustentável interesse para a economia local, caberá à Assembleia Municipal atribuir-lhe essa qualidade. -----

A Câmara, por unanimidade, no uso da prerrogativa prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a legitima a apresentar à Assembleia Municipal propostas sobre matérias da competência desta, deliberou solicitar àquele órgão que, ao abrigo art.º 25.º n.º 1 al. k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **considere o projeto do Ecoparque do Alentejo Central como projeto de relevante e sustentável interesse para a economia local.** -----

14. **REGULAMENTO “CUBA + JOVEM” – PROGRAMA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO JOVEM.- ESCLARECIMENTOS** - -----

Na reunião do órgão executivo de 30/09/2020, foi aprovada a proposta de orientações

para o recrutamento e seleção de candidatos, Cuba + Jovem – 2ª edição, conforme estabelece o artigo 7º do respectivo Regulamento. -----

A 2ª edição teve início do dia 18/01/2021, válido por 6 meses, consequentemente, o seu término ocorrerá a 17/07/2021, caso, não venham a ser renovados os acordos. Um dos jovens integrados naquele programa, veio solicitar a rescisão do acordo, com efeitos a 30 de abril de 2021, em virtude de ter encontrado emprego. -----

Atendendo que: -----

- O programa foi aprovado para 10 jovens pelo período de 6 meses, a contar a partir de 18/01/2021, data de início do acordo; -----
- o Regulamento nada dispõe quanto à substituição de jovens no Programa; -----
- que o artigo 14º do regulamento aprovado, dispõe que “Cabe à Câmara Municipal de Cuba resolver todas as dúvidas e omissões” -----

Serve esta informação para o esclarecimento das seguintes dúvidas: -----

1º) Pode o jovem ser substituído pelo candidato seguinte que na lista de ordenação final elaborada após a aplicação dos métodos de seleção? -----

2º) A ser positiva a resposta do ponto anterior, questiona-se, o jovem que entrar agora no programa, celebrará um acordo pelo período de 6 meses ou, pelo período que resta até ao final da edição, isto é, até 17/07/2021? -----

Face às dúvidas expostas, sou a propor, em caso de concordância superior, que a presente informação seja apresentada à próxima reunião do órgão executivo, para que se clarifique as questões colocadas. -----

Mais se solicita, que os esclarecimentos agora aprovados pelo órgão executivo, venham a aplicar-se nesta e em edições futuras do programa Cuba + Jovem. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou considerar a possibilidade de substituição dos candidatos pelo período que resta até final da edição. -----

Mais deliberou a Câmara que os procedimentos agora aprovados possam ser aplicados em situações similares, em futuras edições. -----

15. PROGRAMA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO JOVEM. PROPOSTA DE ORIENTAÇÕES PARA O RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CANDIDATOS. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 12/2021, da Subunidade de Recursos Humanos, que se transcreve: -----

É intenção desta entidade proceder à publicitação de aviso de abertura de candidaturas para a 3ª edição do Programa Cuba + Jovem, assim, cumpre a esta subunidade informar o seguinte: -----

O Regulamento “Cuba + Jovem” – Programa Municipal de Ocupação Jovem, adiante, designado por “Programa”, aprovado e publicado em Diário da República, IIª Série, de 28 de outubro de 2016, determina no artigo 7.º que compete ao Presidente da Câmara a responsabilidade para o recrutamento e seleção dos jovens mediante orientações aprovadas pelo órgão executivo. -----

O Programa tem como grande finalidade a participação ativa em projetos municipais de jovens, desempregados, para a sua futura integração no mercado de trabalho. -----

Dada a dimensão no nosso município, o próprio regulamento estipula que o número máximo de participantes em cada programa, seja 10 jovens. No entanto, e porque ainda se encontra a decorrer a 2ª Edição, a atual proposta será para 5 jovens. -----

Prevê-se que os jovens iniciem o programa em junho de 2021 e pelo período de 6 meses, pelo que terminará em novembro de 2021. -----

As candidaturas dos jovens serão efetuadas em modelo próprio (anexo 1), disponível na Subunidade de Recursos Humanos e na página eletrónica do Município, acompanhados dos documentos que comprovem as declarações e os requisitos necessários. -----

Em cumprimento do artigo 4º do Regulamento, anexa-se fichas de cabimentos nºs 35585 e 35586, para fazer face às despesas de bolsa e subsídio de refeição, respetivamente, de acordo com o seguinte quadro: -----

	Valor hora	Valor dia (7 h)	Bolsa mensal individual (21 dias)	Valor mensal	Total ano (6 meses)
Bolsa mensal	3,49 €	24,43 €	513,03 €	2 565,15 €	15 390,90 €
Subsídio de refeição		4,77 €	100,17 €	500,85 €	3 005,10 €

			18 396,00
Total	613,20 €	3 066,00 €	€

Neste sentido, a presente informação tem como intuito apresentar uma proposta que determine os métodos de seleção, para posterior aprovação pelo órgão executivo, tal como é explícito no regulamento. -----

Seleção de candidaturas: -----

A seleção de candidaturas e recrutamento são da responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara (art. 7º) ainda que, coadjuvado por alguns colaboradores e / ou trabalhadores, que o Sr. Presidente designe para esse efeito. -----

Os requisitos de admissão encontram-se descritos no artigo 3.º do regulamento, nomeadamente: -----

- Jovens com idade compreendida entre os 18 e 25 anos, preferencialmente, podendo ser admitidos jovens até aos 30 anos; -----

- Residentes e/ou naturais no Concelho de Cuba; -----

- Encontrar-se desempregado ou à procura do 1º emprego; -----

Os métodos de seleção visam uma avaliação clara dos conhecimentos, competências, aptidões e motivação dos candidatos, para uma seleção justa e clara, de acordo com as funções que irão desempenhar. -----

Assim, propõe-se que os métodos de seleção a adotar sejam os seguintes: -----

Avaliação curricular que avalia os conhecimentos habilitacionais e profissionais do candidato. Neste item será ponderado a habilitação literária e formação profissional;

AC = (HL + FP) / 2, em que: -----

HL – Habilitações Literária - este item será valorado da seguinte forma: -----

Escolaridade obrigatória: 18 valores; -----

Superior à escolaridade obrigatória: 20 valores; -----

FP – Formação profissional – este item será avaliado assente no seguinte critério: -----

- Ação (ões) de formação relacionadas com atividades desenvolvidas no município:
20 valores -----

- Sem ações de formação relacionadas com área a que se candidata: 18 valores: -----

Entrevista de Seleção (ES) será conduzida pela comissão de seleção, designada para pelo Sr. Presidente da Câmara, e que avaliará a capacidade de comunicação, motivação e o relacionamento interpessoal do candidato. -----

A classificação final será a média aritmética entre os dois métodos ou seja: -----

$CF = (AC + ES) / 2$ -----

Nestes termos sou a propor: -----

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do Órgão Executivo do Município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo Órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal, para que nela possa ser deliberado a aprovação do seguinte: -----

Proposta de seleção de candidaturas ao programa Municipal Jovem – “Cuba + Jovem”, assente nos seguintes critérios: -----

- . 5 Jovens a integrar o programa Projeto Cuba + Jovem, a iniciar em junho de 2021; ---
- . Que os métodos de seleção a adotar sejam: -----

- Avaliação curricular que avalia os conhecimentos habilitacionais e profissionais do candidato. Neste item será ponderado a habilitação literária e formação profissional; ---

$AC = (HL + FP) / 2$, em que: -----

HL – Habilitações Literária - este item será valorado da seguinte forma: -----

Escolaridade obrigatória: 18 valores; -----

Superior à escolaridade obrigatória: 20 valores; -----

- Entrevista de seleção que avaliará as competências comportamentais, inter-relacionamento e motivação dos candidatos. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta nos termos vertidos na presente informação. -----

16. MARIA MANUELA CAEIRO MESTRE. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 41/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para

alimentação no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Maria Manuela Caeiro Mestre. ---
A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.

17. CUBAGEST, LDA. PEDIDO DE EXECUÇÃO DE UM RAMAL DE ESGOTO AO PRÉDIO SITO NA RUA ÁLVARO DE CASTELÕES, N.º 52. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 17/2021, da Subunidade Administrativa, cujo teor se transcreve: -----

“Na última reunião de Câmara foi presente ao executivo uma informação dos serviços administrativos, enquadrando um pedido da Cubagest, Lda, para execução de um ramal de esgoto ao prédio sito na Rua Álvaro de Castelões, n.º 52, cuja ligação deverá ser operacionalizada na Rua de Évora, n.º 1, em Cuba, numa extensão aproximada de 65 metros. -----

Deliberou a Câmara, nessa reunião de 14 de Abril proceder de acordo com a proposta contida na informação, designadamente, a aplicação por analogia, o que se passa com os ramais domésticos e cobrar os restantes 55 metros a mais, num total de € 1 793,16. Aquando da operacionalização da deliberação entenderam os serviços efetuar as seguintes considerações: -----

1. As infraestruturas uma vez concluídas irão ser incluídas no acervo patrimonial do município; -----
2. À posteriori, os proprietários dos prédios confinantes poderão, de igual modo, solicitar a ligação à rede agora construída beneficiado do investimento que irá agora ser feito; -----
3. O Município deve promover junto dos proprietários dos prédios particulares a execução de ramais para a via pública, evitando assim os constrangimentos inerentes às servidões administrativas por passagem no subsolo dos prédios confinantes, designadamente, quando ocorram entupimentos dessa infraestrutura. -----

Face ao atrás exposto propõe-se que o requerente assuma apenas o pagamento do ramal considerado normal, isto é, cuja extensão não exceda os 10 metros lineares, conforme previsto na tabela de taxas e preços em vigor no município. -----

Em função disto caberá à Câmara Municipal deliberar o que entender oportuno.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou revogar parcialmente a deliberação tomada na anterior reunião ficando a cargo da requerente apenas o valor considerado para um ramal considerado normal. -----

18. TELMA PINTO NOBRE; UNIPESSOAL. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DO ART.º 14.º DO RJUE – CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA PARA ESTUFAS COM 400M2. PRÉDIO N.º 64 SECÇÃO-I CUBA. -----

Vem a requerente submeter a pedido de informação prévia no âmbito do artigo 14º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, a possibilidade de construção/instalação de uma estrutura coberta com 400m2 destinada a estufas de apoio. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte: -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido essencialmente em *Área Agrícola dominante*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há a registar interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) e da área de regadio do EFMA; -----

Nos termos do disposto no regulamento do PDM, designadamente, no n.º 3 do art.º 74.º, que estabelece que *só se admitem novas construções desde que se destinem às actividades agrícola e florestal, para residência própria do proprietário-agricultor de exploração agrícola respeitando as condições enunciadas no n.º 3 do artigo 74.º do presente regulamento, bem como as destinadas a atividades e empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento, nos seguintes termos:* -----

- *o requerente é agricultor, nos termos regulamentares sectoriais, responsável pela exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação, facto que deve ser comprovado pelas entidades competentes,* -----

- A área mínima do prédio não poderá ser inferior a 4 hectares, sendo excecionada até aos 2 hectares nas freguesias de Vila Alva e Vila Ruiva pela forte presença de pequena propriedade. -----

Para esse efeito, carece a pretensão de parecer da entidade regional da RAN, cuja autorização incidirá sobre a observância dos limites e condições fixados pelos anexos I, II e III da Portaria n.º 162/2011 de 18 de abril e do respectivo regime jurídico actual, devendo ser despoletada a consulta da entidade regional da RAN. Deverá para o efeito ser apresentada planta de localização precisa, indicando a implantação da edificação e a sua relação com as construções vizinhas e os acesso à propriedade. Face à localização em área do EFMA deverá ainda obter-se o parecer da EDIA. -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam a vir a ser encontrados no momento da construção, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores). Face ao exposto, deverá a requerente apresentar planta de implantação contendo as informações a que alude o n.º 9 da Portaria n.º 113/2015 de 22 de Abril, da qual se anexa extrato, para procedimento de consulta à entidade regional de RAN e à EDIA. -----

19. ANDREIA SOFIA FERREIRA GRAÇA. PROC.º DE OBRAS N.º 2/2021. REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA. RUA NOVA, N.º 17, EM ALBERGARIA DOS FUSOS. -----

Vem a requerente solicitar o licenciamento da obra de Remodelação e Ampliação de uma habitação em zona consolidada, na aldeia de Albergaria dos Fusos. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento, fixando em 6 meses o prazo para execução dos trabalhos, conforme calendarização apresentada. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11,10 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

